

1 **MINUTA - ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO DO INSTITUTO**
2 **FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS EM 2019.**

3
4 Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às 09 horas e 54 minutos, na
5 sala de reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
6 de Goiás (IFG), realizou-se a 1ª Reunião da Ensino do IFG, em caráter ordinário,
7 cujas pautas foram: **1.** Minuta de Instrução – Orienta a tramitação dos processos
8 referentes à orientação, exclusão, suspensão e alteração de termo de oferta de
9 curso, alteração e reformulação de Projeto Pedagógico do Curso dos cursos
10 técnicos de nível médio e superior de graduação do IFG; **2.** Revisão do
11 Regulamento do Corpo Docente – Resolução nº 27, de 11 de agosto de 2014; **3.**
12 Minuta da proposta para as Políticas de Ingresso; **4.** Relatoria dos pareceres dos
13 Projetos Pedagógicos de Cursos: **4.1** Licenciatura em Matemática – Câmpus
14 Valparaíso; **4.2** Licenciatura em Física – Câmpus Goiânia; **4.3** Licenciatura em
15 Ciências Biológicas; **4.4** Licenciatura em Informática (EaD); **4.5** Bacharelado em
16 Agronomia – Câmpus Cidade de Goiás; **4.6** Bacharelado em Engenharia Elétrica –
17 Câmpus Valparaíso; **4.7** Bacharelado em Engenharia de Produção – Câmpus
18 Senador Canedo; **4.8** Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Câmpus Uruaçu;
19 **4.9** Licenciatura em Artes Visuais – Câmpus Cidade de Goiás; **4.10** Técnico
20 Integrado ao Ensino Médio em Refrigeração e Climatização na modalidade de
21 Educação de Jovens e Adultos – Câmpus Senador Canedo; **5** Constituição de Grupo
22 de Trabalho para análise e emissão de parecer dos seguintes Projetos Pedagógico
23 de Cursos: **5.1** Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroindústria na modalidade
24 de Educação de Jovens e Adultos – Câmpus Itumbiara; **5.2** Técnico Subsequente ao
25 Ensino Médio em Agrimensura – Câmpus Goiânia; Licenciatura em Música –
26 Câmpus Goiânia; **6** Constituição de GT para construção de Minuta de Resolução
27 sobre Certificação Intermediária; **7** Constituição de GT para construção de Minuta de
28 Resolução sobre Colegiado do Departamento de Áreas Acadêmicas, Colegiado de
29 Curso, Conselho Departamental, Fórum de Representantes Discentes; **8**
30 Constituição de GT para reformulação do Regulamento do Programa de Monitoria –
31 Resolução nº 014, de 02 de junho de 2014; **9** Informes. A reunião foi presidida pela
32 Professora Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, Pró-Reitora de Ensino e
33 presidenta da Câmara de Ensino, e secretariada pelo servidor Thiago Wedson
34 Hilário, ocupante do cargo de Pedagogo, com a presença dos Conselheiros Chefes
35 de Departamento do Departamento de Áreas Acadêmicas: Adriã Assunção Santos
36 de Paula; Adriã Borges Cerqueira, Alessandra Rodrigues Duarte, Deangelis
37 Damasceno, Eduardo de Carvalho Rezende, Fabiane Costa Oliveira, Fábio Campos
38 Macedo, Jucélio Costa de Araújo, Larissa Rezende Assis Ribeiro, Manoel Napoleão
39 Alves de Oliveira, Marizângela Aparecida de Bortolo Pinto, Thiago Eduardo Pereira
40 Alves, Thiago Gonçalves Dias, Vandrê Antônio de Assis Gomes; Vinicius Carvalhae.
41 Dos Conselheiros representante dos técnicos-administrativos: Alex Lima de Cunha.
42 Justificaram a ausência os Conselheiros: Thaisa Lemos de Freitas Oliveira. Não
43 compareceram e nem justificaram a ausência os Conselheiros: Marcos Frizarinni.
44 Estavam presentes, ainda, Ghesley Jorge Xavier, Maria Valeska Lopes Viana,
45 Fernanda Alves Oliveira, Helen Betane Pereira, Neri Emilio Soares Junior, Lorena
46 Pereira de Souza Rosa, Renan Rodrigues de Oliveira. A Presidenta da Câmara,
47 saudou os presentes e apresentou o novo secretário da câmara. Em seguida foi
48 dada a oportunidade ao Grupo de Trabalho (GT) Central do comitê de elaboração

49 das Diretrizes Curriculares Institucionais para o Ensino Médio Integrado, que
50 solicitará a inclusão de pauta para apresentar e aprovar a metodologia de trabalho
51 que está aplicada no documento. Em caráter de aprovação, fora incluída para ser
52 apresentada no dia dez de abril de dois mil e dezenove. A conselheira Fabiane
53 Costa de Oliveira apresentou que é necessário a inclusão da minuta sobre os
54 Projetos de Ensino para finalização da discussão do documento. Sendo a inclusão
55 de pauta aprovada para ser discutida como primeiro ponto de pauta da data
56 subsequente. Para apresentar a Minuta de Instrução – Orienta a tramitação dos
57 processos referentes à orientação, exclusão, suspensão e alteração de termo de
58 oferta de curso, alteração e reformulação de Projeto Pedagógico do Curso dos
59 cursos técnicos de nível médio e superior de graduação do IFG, Foi dada a palavra
60 ao professor Ghesley Jorge Xavier, que historicizou a criação do Grupo de Trabalho
61 (GT), que laborou o texto para proposição de criação da instrução normativa que
62 orientará a tramitação dos processos referentes a criação e fluxo dos cursos
63 técnicos e superiores. A conselheira Fabiane Costa de Oliveira, fez destaque em
64 relação as instâncias criadas no Congresso PDI, como espaços de reflexão e
65 estudos de legitimação para criação e oferta dos cursos. Assim, questionou-se a
66 criação da comissão prevista no texto. Ainda, apresentou a questão em relação a
67 instância dos colegiados, observando-se as dinâmicas de mobilidade e convocação
68 desses para aprovação das propostas de cursos, posto a existência de outras
69 instâncias que possuem atribuições similares. A presidenta coloca que no PDI estão
70 os apontamentos presentes no PDI em relação à criação dos núcleos de estudo de
71 proposição e mediação com outras áreas para a indicação de novos cursos,
72 presentes na página 24 do PDI/IFG. A conselheira Fabiane Costa de Oliveira relatou
73 que na página 113 – etapa 1- apresenta a questão do núcleo de base, perante a
74 qualificação dos trabalhos de estudos. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves
75 pôs a necessidade de comunicação entre as instâncias e o fluxo de tramitação dos
76 Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Câmpus (POCV). A presidenta indica, que
77 este processo de criação de cursos deve partir da ideia de que já exista o POCV, e
78 seguir os tramites processuais. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves
79 relembra o item 3.1 POCV, com a responsabilização da PROEN em apresentar um
80 regulamento, até dezembro de 2019, e que estabeleça critérios, objetivos e fluxo de
81 tramitação para a oferta e extinção dos cursos no Instituto Federal de Educação,
82 Ciência e Tecnologia de Goiás. Também estabeleceu que, a partir do diálogo entre
83 os Câmpus e a Reitoria, e todas as unidades do IFG terão até dezembro de 2019
84 para apresentar o POCV. A conselheira Fabiane Costa de Oliveira destaca a
85 importância da criação e respeito ao POCV, e que parte dos problemas textuais do
86 documento em voga se dá pela temporalidade das discussões iniciadas antes do
87 PDI. A presidenta, indica que o documento deve prever questões que estejam fora
88 do POCV, mas que é necessário criar algo que oriente a criação e tramitação dos
89 Projetos Pedagógicos de Cursos. O conselheiro Vinicius Carvalhaes sugere a
90 retirada e revisão do documento a luz do PDI. A conselheira Marizangela Aparecida
91 de Bortolo Pinto sugere que se mantenha a metodologia já previamente definida e
92 que sejam feitas inclusões, conforme a leitura do texto, mas como isso poderia
93 comprometer a pauta, também reforça a revisão do texto em consonância ao PDI. A
94 conselheira Fabiane Costa de Oliveira concorda com os apontamentos da
95 conselheira Marizangela Aparecida de Bortolo Pinto. E esta logo sugere que se
96 reconfigure o GT. A professora Maria Valeska Lopes Viana, põe que apesar de

97 discordar, por ter outros pontos que poderiam ser discutidos, ratifica a fala das
98 companheiras. A presidenta leva a proposta para aprovação e tem a ratificação do
99 colegiado de se retirar a pauta. Com isso, o conselheiro Thiago Eduardo Pereira
100 Alves propõe-se a participar do GT, e a conselheira Fabiane Costa de Oliveira,
101 juntamente com o conselheiro Vandré Antônio de Assis Gomes foram indicados,
102 além dos membros anteriores Ghesley Jorge Xavier e Vinicius Sousa Ferreira. A
103 presidenta, também percebeu a necessidade de um GT para criar o regulamento do
104 POCV, e que deverá se comunicar com o GT anterior. Nisto o conselheiro Thiago
105 Eduardo Pereira Alves alertou para necessidade de inclusão de membros da Pró-
106 Reitoria de Desenvolvimento e Recursos Humanos. A presidenta comprometeu-se a
107 convocar os servidores junto ao pró-reitor de PRODI para integrarem a comissão
108 que criará uma instrução normativa para o POCV. Isto posto, a conselheira Fabiane
109 Costa de Oliveira colocou-se preocupada com a criação destes documentos. O
110 conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves indicou que se deve diferenciar os
111 documentos, pois um deve regulamentar e outro indicar o plano de oferta. A
112 professora Maria Valeska Lopes Viana explicou a diferença entre eles e propôs a
113 reflexão de que se crie um único documento ou dois. A conselheira Adrià Borges
114 Figueira Cerqueira propôs que o GT reflita e apresente a proposta de criação dos
115 documentos. A presidenta disse que o GT deverá apresentar na próxima reunião
116 desta Câmara, prevista para o dia 29/05. Quanto ao segundo item da pauta: Revisão
117 do Regulamento do Corpo Discente – Resolução nº 27, de 11 de agosto de 2014, a
118 conselheira Adrià Assunção Santos de Paula historicizou os trabalhos e inclusive
119 com a consulta as Coordenações de Apoio Pedagógico ao Discente. A presidenta
120 informou que diante do cenário político, optou-se por apenas alterar os fluxos. A
121 conselheira Adrià Assunção Santos de Paula continua com a apresentação dos
122 apontamentos e os relacionamentos do texto com o Regimento do IFG. O
123 conselheiro Thiago Gonçalves Dias explicou, que por metodologia foi apenas
124 categorizado as infrações disciplinares. A presidenta esclareceu que futuramente
125 será feito uma consulta aberta com a participação da comunidade acadêmica para
126 alterações textuais e das responsabilidades. A conselheira Adrià Borges Figueira
127 Cerqueira confirmou essa necessidade. A conselheira Marizangela Aparecida de
128 Bortolo Pinto questionou o fato de não haver alterações fundantes, mas de inclusões
129 de observações e ajuste e como isso será ratificado perante a comunidade,
130 questionando como isso será validado e publicitado. A presidenta afirmou que isso
131 foi determinado por este colegiado e que será apresentado às demais instâncias
132 apenas os pontos modificados. A conselheira Marizangela Aparecida de Bortolo
133 Pinto mostrou-se preocupada em não sobrepor as discussões que às CAPDS, que
134 já estão realizando-a paralelamente. A conselheira Ádria Borges Figueira Cerqueira
135 sugeriu a conclusão do ponto da pauta e a conseqüente criação de um GT, que
136 pensasse um novo texto para apreciação popular. A conselheira Fabiane Costa de
137 Oliveira parabenizou a metodologia de categorização indicando exemplos de fatos
138 ocorridos em seu Câmpus que outrora não seriam possíveis taxá-los de forma
139 grave. Ainda, apresentou a necessidade de se pensar nas mediações de conflitos
140 nesta proposta de alteração. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves
141 apresentou a importância de se manter a questão de ordem e que só posteriormente
142 sejam dados novos encaminhamentos. Após a leitura das propostas de
143 modificações. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves indicou uma
144 preocupação com a crescente judicialização das atividades disciplinares, e que a

145 aprovação da proposta imporá mais trabalhos às Chefias de Departamento, e que é
146 necessário estar mais próximo a família e, ainda, propôs que a imposição de
147 sanções seja possível a delegação de responsabilização aos Diretores-Gerais frente
148 a essa categorização, o que agilizará o processo acadêmico disciplinar. A
149 presidenta concordou com a proposta levantado pelo conselheiro e indicou que há a
150 possibilidade de fazer essa interlocução com o reitor, mas propõem que este texto
151 seja discutido num GT, e a conseqüentemente tramitação. O conselheiro Fabio
152 Campos Macedo sugeriu a consulta a Procuradoria Federal junto ao IFG. O
153 conselheiro Vandrê Antônio de Assis Gomes apresentou que o que foi apresentado
154 não contempla os anseios do grupo, pois não há agilidade nos processos
155 disciplinares, assim reafirmou a proposição do conselheiro Thiago Eduardo Pereira
156 Alves, e, ainda, acrescenta o fato de a CAPDS estar presente como agente punitivo.
157 A presidenta então propôs a votação entre continuar neste debate em que o reitor
158 delegue a possibilidade de o reitor delegar aos diretores, ou criar-se um novo texto.
159 A conselheira Adriã Borges Figueira Cerqueira apresentou a historicização de
160 criação de regulamento e os diversos questionamentos relacionado aos aspectos de
161 delegação dos atos de aplicação punitiva. A conselheira Fabiane Costa de Oliveira
162 propôs a votação das propostas, e que diante do resultado encaminhe-se o debate
163 para indicar ao GT o que deve haver no novo documento. A conselheira Marizangela
164 Aparecida de Bortolo Pinto apresentou o entendimento de que haja o
165 encaminhamento para a ampliação das discussões junto à comunidade acadêmica.
166 A presidenta colocou a proposta de votação entre continuar a proposta do GT ou
167 ampliar o GT para reformular todo o texto e apresentá-lo a comunidade. Nisto, houve
168 cinco abstenções a proposta dois foi aprovada. A conselheira Fabiane Costa de
169 Oliveira solicitou a declaração de voto e apresentou que há uma confusão nas
170 discussões, apesar do avanço nas categorizações, mas que elas ocorram, também,
171 por meio dos relatórios disciplinares. A conselheira Adriã Borges Figueira Cerqueira
172 apresentou dúvida quanto aos elementos que seriam postos para categorização dos
173 índices e que há a necessidade de uma definição objetiva. Em razão do horário a
174 reunião foi suspensa para almoço as doze horas e trinta minutos. Às quatorze horas
175 e três minutos foram retomados os trabalhos, no mesmo local. A presidenta retomou
176 a discussão para a ampliação do GT para rediscutir o Regulamento do Corpo
177 Discente – Resolução nº 27, de 11 de agosto de 2014, incluindo os conselheiros
178 Larissa Rezende Assis Ribeiro, Vinicius Carvalhaes, Thiago Gonçalves Dias, Manoel
179 Napoleão Alves de Oliveira, Vandrê Antônio de Assis Gomes, e Adriã Assunção
180 Santos de Paula, sob a função de coordenadora do grupo. A presidenta propôs que
181 os demais membros deem contribuições para as discussões do GT. O conselheiro
182 Vinicius Carvalhaes solicitou que se verifique a possibilidade de delegação de
183 competência do reitor para aplicação de sanções. A conselheira Fabiane Costa de
184 Oliveira indicou como proposta que a resolução tenha caráter pedagógico-formativo,
185 possibilidade de conciliação de conflitos e que as vedações sejam apenas
186 exemplificativas e não taxativas e que se reveja a oneração de valores nessas
187 categorizações, mas que o relatório disciplinar seja utilizado como elemento
188 norteador, sugerindo a exclusão do artigo quinto da resolução em discussão. Já a
189 conselheira Adriã Assunção Santos de Paula solicitou explicação se seria
190 responsabilidade dos elaboradores do relatório de disciplinar em realizar a oneração.
191 A presidenta colocou que o GT, também, apresente a metodologia de discussão do
192 documento que será deverá ser apresentado na reunião do dia 30 de maio.

193 Caminhando par ao terceiro item da pauta: a minuta da proposta para as Política de
194 Ingresso, o conselheiro Alex de Lima Cunha apresentou o GT que realizou os
195 trabalhos de elaboração do texto, bem como, a apresentação da metodologia de
196 discussão, e que fora encaminhada na última reunião desta câmara, para que se
197 realizasse as discussões nos Câmpus, contudo apenas quatro Câmpus retornaram
198 com respostas. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro solicitou a inclusão do
199 conceito de formação a distância no texto do artigo segundo. Enquanto, no artigo
200 terceiro o conselheiro Fabio Campos Macedo solicitou a correção do termo para o
201 curso que se pretende preencher as vagas ociosa. O conselheiro Thiago Eduardo
202 Pereira Alves solicitou explicações em relação aos conceitos das vagas
203 remanescentes e ociosas, o que foi explicado pelo conselheiro Alex de Lima Cunha.
204 Quanto ao quarto artigo o conselheiro Fabio Campos Macedo solicitou alteração
205 para que fosse no âmbito do Departamento de Áreas Acadêmicas. O conselheiro
206 Vinicius Carvalhaes solicitou que seja estabelecido um responsável pela
207 organização e apresentação do edital como a CAAAE. O conselheiro Alex de Lima
208 Cunha atententou-se para o parágrafo primeiro do artigo quarto fosse reescrito
209 observando-se as atribuições da DGA no levantamento e indicação do número de
210 vagas, logo alterou-se, também, o caput do quinto artigo. Por fim, decidiu-se pela
211 retirada com nove votos e seis abstenções. No artigo sétimo a conselheira Larissa
212 Rezende Assis Ribeiro indicou que conselheira Fabiane Costa de Oliveira
213 levantasse o questionamento quanto a possibilidade de tencionamentos em relação
214 as formas de seleção para os cursos técnicos integrados, originaria desde o
215 congresso PDI. Quanto ao inciso terceiro do primeiro artigo o conselheiro Alex de
216 Lima Cunha apresentou um estudo realizado juntamente com o Observatório do
217 mundo do trabalho do IFG referente a questão da gratuidade dos processos
218 seletivos, apresentado a impossibilidade de se instituir a gratuidade no IFG, pois há
219 o risco de se provocar um estrangulamento financeiro institucional. O conselheiro
220 Deangelis Damasceno defende que o acesso seja pela análise de coeficiente como
221 meio de valorizar os esforços do candidato e da família que o acompanharam ao
222 longo de sua jornada no ensino fundamental, bem como pela ocorrência da
223 legitimação das notas que foram dadas por profissionais que acompanharam esse
224 candidato. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro apresentou a reflexão
225 quanto aos objetivos sociais institucionais, assim como o comprometimento desse
226 colegiado com o debate, visto a baixa quantidade de contribuições ao documento. O
227 conselheiro Vandrê Antônio de Assis Gomes em razão dos discursos pró-sorteios
228 expõe que essa metodologia não resolve a não inserção das pessoas com renda
229 inferior, posto a carência de políticas de permanência, e que a possibilidade de
230 sorteio poderia desmotivar o preparo para estar no IFG. E que o acesso está
231 garantido pelas políticas afirmativas de cotas, portanto, defende o acesso via análise
232 de coeficiente. A conselheira Adrià Borges Figueira Cerqueira retoma a fala da
233 conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro quanto ao fato de o PDI ter dado a
234 Câmara a voz ao debate, garantindo a qualificação dos membros, ainda chama a
235 atenção aos percentuais das minorias e o papel social dos IFs para a população de
236 baixa renda. A conselheira Adrià Assunção Santos de Paula aponta para o sorteio
237 como forma de acesso devido à baixa onerosidade do processo. O conselheiro
238 Fabio Campos Macedo indica pela análise do coeficiente de forma a garantir um
239 padrão de qualidade, e se preocupa com o acesso de alunos “fracos” e a
240 continuidade do curso, devido as deficiências que aparecerão. A conselheira

241 Fabiane Costa de Oliveira reafirmou o fato de o IFG ser uma instituição pública em
242 que há a opção de ter acesso meritocráticos, ou não, e que há a necessidade de se
243 discutir e analisar novas perspectivas e mapear novas possibilidade não
244 meritocráticas. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro apresentou que o
245 professor deve garantir o acesso ao saber dos alunos que adentrarem na instituição,
246 e que o discurso de que não conseguimos ensinar o aluno e dizer que não somos
247 capazes de realizar nosso trabalho. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves
248 retoma que não é a questão da legitimidade do debate, mas que do ponto de vista
249 matemático há a discordância de que os IFs sejam apenas a absorção de pessoas
250 de baixa renda, mas também o desenvolvimento de ciências e tecnologia, ou seja, é
251 um ornitorrinco. Contudo o Educação Profissional e Tecnologia é a continuação da
252 educação básica. E apresenta cálculos preliminares dos dados apresentados
253 mostrando que o método do sorteio poderia alterar os índices e sugere a indicação
254 de pilotos de análise. A presidenta relatou sua visita ao CNE e a proposta de
255 reformulação das diretrizes educacionais, como a cartilha “Educação Já” e aponta
256 para as questões das políticas de meritocracia e que se deve possibilitar a reflexão
257 para aquilo que é o anseio institucional, deixando claro o espírito das ações
258 afirmativas desde o ingresso e outras políticas, que teremos que ter com o acesso
259 dos alunos defasados. Ainda, deve-se articular com a possibilidade de ampliação
260 das políticas de cotas aprovada no PDI. E acredita que são necessárias outras
261 possibilidades de acesso a instituição. E que algo desse tipo deve ser validado e
262 revisitado. O Conselheiro Fabio Campos Macedo apresentou que deve haver uma
263 comparação da forma antiga com a nova. A presidenta ratificar que esse debate
264 deve sim, ser realizado, e que os membros vivenciam no campus e que isso dever
265 ser um trabalho árduo e rigoroso, visando a ampliação do documento. E que antes
266 da abertura desse documento há a necessidade de se tratar a temáticas nos locais
267 de origem e finaliza trazendo a reflexão de qual política de ingresso e acesso
268 desejamos. Quanto ao Plano de Permanência e Êxito faz se necessário a revisão
269 buscando novos dados. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves atenta para o
270 alinhamento com a comissão de egresso. A presidenta da câmara sugere o retorno
271 ao GT para ampliação do debate e do documento incluindo os princípios,
272 concepções e políticas de ingresso, sendo a forma a consequência destes
273 elementos. A conselheira Marizângela Aparecida de Bortolo Pinto afirmou a
274 qualificação deste espaço e entende que esse debate demanda amadurecimento e
275 sugere que seja encaminhado ao CONEPEX para o debate maduro. E apresentou
276 as dificuldades de realizar esse debate nos Câmpus, dessa forma deve se pensar
277 em novas formas de discussão. Com o adiantar do horário a reunião foi interrompida
278 as 18 horas e 10 minutos. No dia dez de abril de dois mil e dezenove as 09 horas e
279 25 minutos, estando presentes o secretário Thiago Wedson Hilário, ocupante do
280 cargo de Pedagogo, os Conselheiros Chefes de Departamento do Departamento de
281 Áreas Acadêmicas: Adriã Assunção Santos de Paula; Adriã Borges Cerqueira,
282 Alessandra Rodrigues Duarte, Deangelis Damasceno, Eduardo de Carvalho
283 Rezende, Fabiane Costa Oliveira, Fábio Campos Macedo, Jucélio Costa de Araújo,
284 Larissa Rezende Assis Ribeiro, Manoel Napoleão Alves de Oliveira, Marizângela
285 Aparecida de Bortolo Pinto, Thiago Eduardo Pereira Alves, Thiago Gonçalves Dias,
286 Vandrê Antônio de Assis Gomes; Vinicius Carvalhae. Os Conselheiros representante
287 dos técnicos-administrativos: Alex Lima de Cunha. Justificaram a ausência os
288 Conselheiros: Thaisa Lemos de Freitas Oliveira. Não compareceram e nem

289 justificaram a ausência os Conselheiros: Marcos Frizarinni. Estavam presentes,
290 ainda, Ghesley Jorge Xavier, Maria Valeska Lopes Viana, Fernanda Alves Oliveira,
291 Helen Betane Pereira, Neri Emilio Soares Junior, Lorena Pereira de Souza Rosa,
292 Renan Rodrigues de Oliveira. A presidenta da câmara continuou a discussão das
293 políticas de ingresso, passando a palavra ao conselheiro Alex de Lima Cunha que
294 relembra a necessidade de se decidir quanto aos incisos que permaneceram no art.
295 7, e ainda retoma a inclusão do capítulo das concepções que será baseado no
296 Projeto Político Pedagógico Institucional. Ao levar para a apreciação a permanência
297 do processo seletivo por provas a proposta recebeu 11 votos contrários, 1 a favor e
298 1 abstenção. Em relação aos incisos I e II retoma-se as discussões para definição se
299 a forma de seleção ocorrerá por sorteio ou análise do coeficiente de rendimento dos
300 anos finais do ensino fundamental. A conselheira Adrià Borges Figueira Cerqueira
301 alerta para a questão das diferenças nos referenciais de rendimento utilizados pelas
302 redes de ensino, e os tipos de organização: como seriado, por período ou por ciclo.
303 O conselheiro Eduardo de Carvalho Rezende solicita esclarecimento de dúvidas
304 quanto aos complicadores para realização de sorteio. O conselheiro Alex de Lima
305 Cunha esclareceu que o sistema realiza a classificação aleatória dos presentes no
306 sorteio, e apresentou possíveis critérios de desempate e sistemáticas para os
307 sorteios com a possibilidade de realiza-lo em diversos dias, com a definição de datas
308 e horários distintos. Já o conselheiro Deangelis Damasceno apresentou que diante
309 de uma pesquisa na rede municipal de Aparecida de Goiânia, há o referencial das
310 médias apresentadas nos ciclos. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira Alves
311 aponta diversas dúvidas em relação as possíveis abstenções, e eventos alheios que
312 poderiam prejudicar o acesso dos candidatos no sorteio, assim como os critérios
313 classificatórios. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro preocupa-se com a
314 adoção dos coeficientes de rendimentos, devido a diversidade de conceitos e
315 concepções das redes de ensino. A conselheira Adrià Borges Figueira Cerqueira
316 também se preocupa com o debate e que a instituição sempre se omite em realizar
317 a discussão dos embates sociais, buscando como fuga critérios meritocráticos em
318 face da perversão excludente dos abastados. E que a proposta de análise de
319 coeficiente após o sorteio manteria as castas já existentes. O conselheiro Fabio
320 Campos Macedo disse que quanto a definição do coeficiente após sorteio, já abarca
321 todas as classes sociais e que esta não extingue o acesso dos mais pobres. A
322 diretora Maria Valeska Lopes Viana questionou se essa complexidade pode ser
323 resolvida frente as diferenças formativas e ideológicas desse colegiado. Contudo é
324 mister a observação da função social dos IFs. O conselheiro Thiago Eduardo Pereira
325 Alves reflete sobre os posicionamentos contrários dos colegas. A conselheira
326 Fabiane Costa de Oliveira indicou que os tensionamentos existentes devem ser
327 enfrentados pelos gestores, e que quando o debate for apresentado as bases dos
328 Câmpus, é importante pensarmos nas pressões políticas e ideológicas. A
329 conselheira Marizangela Aparecida de Bortolo Pinto, ainda disse, que se deve
330 superar e pensar os processos avaliativos, como os rankiamentos discente que os
331 processos seletivos apresentam, ainda demonstrou prévias das discussões já
332 realizadas em seu Câmpus. O conselheiro Vandrê Antônio de Assis Gomes
333 apresentou que a meritocracia não deve ser vista como o monstro, mas que devem
334 ser apresentadas outras formas. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro trouxe
335 a reflexão, quanto as formas classificatórias que o IFG adota e mantém. A
336 presidenta da câmara finalizou as discussões e apresentou a necessidade de se

337 fazer novos encaminhamentos como manter o item no texto, e de acordo com o
338 resultado deve-se discutir os desdobramentos. Em caráter de votação a manutenção
339 do item de análise do coeficiente de rendimento dos anos finais do ensino
340 fundamental, houve 6 votos favoráveis, 8 contrários. Contudo, diante das dúvidas
341 geradas quanto ao teor da votação, foram esclarecidas e realizado a proposta de
342 nova votação. Vale ressaltar que a reunião foi interrompida pela notícia de
343 falecimento do professor Raul, do Câmpus Anápolis, a reunião foi suspensa às
344 11:26h. retornando-se após 30 minutos. Foi novamente realizado a votação do item
345 que teve, novamente, 6 votos e a opção a retiradas com 8 votos. O conselheiro Alex
346 de Lima Cunha continua com a discussão do documento propondo a revisão das
347 formas de seleção da EJA. A conselheira Fabiane Costa de Oliveira reforça a
348 manutenção da entrevista na seleção desta modalidade. O conselheiro Deangelis
349 Damasceno compara com a decisão anterior e sugere a retirada da entrevista com a
350 manutenção das palestras. A conselheira Adrià Assunção Santos de Paula reforça a
351 necessidade de manter a entrevista como elemento de identificar o estudante que
352 possui maior interesse com o curso. O conselheiro Alex de Lima Cunha esclareceu
353 que apenas dois cursos do IFG possuem concorrência na etapa da palestra, desta
354 forma, não há justificativa pela manutenção, assim como a economicidade do
355 processo. E que a entrevista como está posta não havia padronização,
356 oportunizando situações especulativas e vexatórias na seleção. A conselheira Adrià
357 Assunção Santos de Paula reforça as especificidades presentes nos cursos da área
358 da saúde e que é fundamental para o sujeito conhecer a profissão. A conselheira
359 Fabiane Costa de Oliveira contou que a entrevista é um anseio do fórum da EJA,
360 contudo diante da ausência de concorrência deve-se repensar o processo de
361 seleção. O coordenador Ghesley Jorge Xavier esclareceu em relação ao fórum da
362 EJA. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro apresentou que se deve
363 fortalecer e qualificar as palestras, sugerindo a criação de um roteiro com os
364 elementos fundamentais a serem apresentados na palestra. A conselheira
365 Marizangela Aparecida de Bortolo Pinto concordou com a simplificação do processo
366 e qualificação das palestras. A presidenta da câmara realizou a leitura do Plano de
367 Ação do Fórum EJA. O conselheiro Alex de Lima Cunha sugeriu alterações no texto
368 propondo a palestra e sorteio de vaga e a criação de um roteiro para palestra. Em
369 regime de votação para retirada do processo seletivo do texto houve 8 votos
370 favoráveis e 4 abstenções. Já a inclusão da palavra palestra e sorteio de vagas no
371 inciso segundo, houve 12 votos favoráveis. Logo para o artigo 16 foi sugerido a
372 alteração de texto, possuindo 12 votos favoráveis. Neste momento a reunião fora
373 novamente suspensa as 12:47h. Às 14:04h a reunião foi retomada pela presidenta.
374 A conselheira Marizangela Aparecida de Bortolo Pinto sugere alteração da ordem,
375 contudo, a presidenta mantém a pauta e define que as falas devem respeitar 2
376 minutos. O secretário sugere a criação de parágrafo prevendo a expectativa de
377 datas publicação dos editais de Seleção nos calendários acadêmicos para cada
378 nível e modalidade. O conselheiro Alex de Lima Cunha temeu a proposta pelo não
379 cumprimento. Ao colocar em apreciação houve a recusa e prevalece a manutenção
380 do texto. O conselheiro Alex de Lima Cunha apresentou a inclusão para validade do
381 documento, no campo das disposições finais. O conselheiro Deangelis Damasceno
382 e o conselheiro Fabio Campos Macedo sugeriram três anos devido a temporalidade
383 apresentada nos estudos iniciais. O secretário e a conselheira Fabiane Costa de
384 Oliveira indicaram que seja quatro anos perfazendo todo um ciclo de formação do

385 campus Goiânia. A diretora Helen Betane Pereira propôs alterações no capítulo 7,
386 atendendo a Educação a Distância. O conselheiro Alex de Lima Cunha, ainda,
387 apresentou que será criado um capítulo com as concepções. O conselheiro Fabio
388 Campos Macedo solicitou que no capítulo 7 seja inserido a excepcionalidade para os
389 cursos de músicas. O que fora rejeitada. Dessa forma, o pleno debate quanto aos
390 próximos passos do documento definindo pelo encaminhamento ao CONEPEX.
391 Caminhando-se nos pontos de pautas apreciou-se o parecer de análise do Projeto
392 Pedagógico do Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Câmpus Águas
393 Lindas, tendo por relatora a conselheira Marizangela Aparecida de Bortolo Pinto, que
394 realizou a leitura e fez os apontamentos necessários adequação. Parecer aprovado
395 por unanimidade. Já o Projeto Pedagógico do Cursos de Licenciatura em Informática
396 - Câmpus Luziânia, tendo por relator o conselheiro Eduardo de Carvalho Rezende,
397 que realizou a leitura indicando os apontamentos e indicando pela devolução do
398 projeto ao departamento de origem. A conselheira Marizangela Aparecida de Bortolo
399 Pinto esclareceu que o curso foi idealizado pelo fomento com a Universidade Aberta
400 do Brasil, e que os aspectos apontados seriam sanados com os fomentos. E
401 historiciza, que a proposta teve sua origem em 2016 a partir de uma chamada
402 pública da CAPES, e que há um desconforto pela morosidade do andamento do
403 processo. A diretora Maria Valeska Lopes Viana esclareceu, que em 2017,
404 encontrou o processo e começou junto com a conselheira Marizangela Aparecida de
405 Bortolo Pinto a tramitar e ajustar o PPC junto a DEaD e coordenação de Cursos
406 Superiores, e que infelizmente o Câmpus não conseguiu submete-lo no edital da
407 CAPES do ano anterior. Em regime de votação o parecer teve 11 votos de
408 aprovação e 2 abstenções. Logo, apreciou-se o Projeto Pedagógico do Cursos
409 Técnico em Refrigeração e Climatização, na modalidade EJA – Câmpus Senador
410 Canedo, com a conselheira Alessandra Rodrigues Duarte por leitora do parecer, que
411 indicou pela não aprovação do PPC, devendo ser realizadas correções. O conselheiro
412 Deangelis Damasceno apresentou uma justificativa e indicou que o curso já está
413 vigente desde 2016/2, já com previsão de conclusão de turmas. A conselheira
414 Marizangela Aparecida de Bortolo Pinto apresentou que o PPC já fora analisado
415 anteriormente e indicado pontos a serem minimizados. O coordenador Ghesley
416 Jorge Xavier indicou que foram apontados diversos pareceres que já indicavam
417 diversos erros, mas que não foram sanados. O conselheiro Deangelis Damasceno
418 indicou que há a possibilidade de se fazer compensações da carga horária e que
419 realmente há a falta de alterações em outras componentes curriculares, mas que as
420 disciplinas dos núcleos comum e profissional ocorreram e que foram trabalhadas à
421 distância. O coordenador Ghesley Jorge Xavier apresentou que em diversas
422 situações o colegiado do curso foi reunido e indicados os pontos, mas que não
423 houve retorno. A presidenta da câmara sintetizou o debate e indicou que há a
424 necessidade de se discutir o problema e buscar a solução para a certificação dos
425 estudantes. E que a proposição de trazer o PPC à câmara foi para qualificar o
426 processo e indicar outra visão, não somente dos servidores técnicos da PROEN e
427 que enquanto não forem sanados os problemas o PPC não avança para as demais
428 instâncias. Em regime de votação, 11 votos indicaram pela aprovação do parecer e
429 uma abstenção. Já a apreciação do Projeto Pedagógico do Cursos de Licenciatura
430 em Matemática, Câmpus Valparaíso, o conselheiro Thiago Gonçalves Dias, fez a
431 leitura do parecer, em regime de votação foi aprovado com 12 votos e 2 abstenções.
432 Nisto o Projeto Pedagógico do Cursos de Licenciatura em Física, Câmpus Goiânia,

433 foi apresentado pelo conselheiro Deangelis Damasceno. O conselheiro Eduardo de
434 Carvalho Rezende solicitou esclarecimentos do que vem a ser a aprovação parcial.
435 A diretora Maria Valeska Lopes Viana indicou que a DEBS verificará o cumprimento
436 do parecer e o encaminhará ao CONEPEX. Nisto fora apreciado com 12 aprovações
437 e 1 abstenção. O Projeto Pedagógico do Cursos de Agronomia, Câmpus Cidade de
438 Goiás, foi apresentado pelo conselheiro Fabio Campos Macedo, que fez a leitura
439 recomendando o retorno do PPC para correções e ajustes. A conselheira Adrià
440 Borges Figueira Cerqueira, agradeceu a devolutiva dos conselheiros e apresentou
441 que alguns pontos já estão sendo resolvidos como a aquisição de maquinários e
442 possibilidade de convocação de professores. O conselheiro Fabio Campos Macedo
443 esclareceu que o parecer indica pelo retorno ao Câmpus e depois a DEBS faça o
444 encaminhamento ao CONEPEX. Assim, houve 12 votos favoráveis. Apreciando o
445 Projeto Pedagógico do Cursos de Engenharia Elétrica, Câmpus Valparaíso, cujo
446 parecer foi lido pelo conselheiro Vandré Antônio de Assis Gomes, em que solicitou a
447 retirada do ponto de pauta para adequações do parecer. A presidente da câmara
448 indicou que devesse manter e foi aprovado com 11 votos. Já o Projeto Pedagógico
449 do Cursos de Engenharia de Produção, do Câmpus Senador Canedo, a conselheira
450 Larissa Rezende Assis Ribeiro realizou a leitura. O conselheiro Deangelis
451 Damasceno esclareceu que há um planejamento de entrega dos laboratórios, com
452 previsão de 26 laboratórios, contudo há que se preocupar com a realidade
453 econômica atual. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro solicitou
454 esclarecimento quanto a flexibilização da CH na modalidade à distância. O
455 conselheiro Deangelis Damasceno indicou que houve a falha, mas o Câmpus se
456 compromete a revisar. O conselheiro Vinicius Carvalhaes mostrou-se preocupado
457 com isso, pois corre-se o risco de integralizar o curso sem as reais condições. O
458 conselheiro Deangelis Damasceno apresentou que a previsão do quadro atual
459 consegue manter o curso até 2020. A conselheira Larissa Rezende Assis Ribeiro
460 solicitou esclarecimentos quanto ao quantitativo de entrada de alunos e a
461 periodicidade. O conselheiro Deangelis Damasceno indicou que serão 40 vagas
462 anuais, apesar do desejo ser semestral. Por fim, em regime de votação fora
463 aprovado com 12 votos e 1 abstenção. Ao apresentar o Projeto Pedagógico do
464 Cursos Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas,
465 Câmpus Uruaçu, o conselheiro Jucélio Costa de Araújo fez a leitura do parecer,
466 solicitando correção na CH indicada. Sem necessidade de esclarecimentos o
467 parecer foi aprovado com 13 votos. Por fim, a análise do Projeto Pedagógico do
468 Cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Câmpus Cidade de Goiás, foi posto pela
469 conselheira Fabiane Costa de Oliveira, que leu e apresentou diversos pontos para
470 correção. A conselheira Adrià Borges Figueira Cerqueira apresento, que alguns
471 apontamentos já foram sanados e que é possível de terem analisado uma versão
472 errada. Assim, o parecer fora aprovado com 11 votos. O conselheiro Manoel
473 Napoleão Alves de Oliveira solicitou esclarecimentos em relação a dispensa
474 religiosa devido a Lei nº 13.796, de 03.01.2019, e as solicitações dos alunos. A
475 presidenta da câmara esclareceu, que já está solicitando ao Conselho Nacional de
476 Educação um posicionamento em relação aos cursos com aulas aos sábados. O
477 coordenador Vinicius Sousa Ferreira apresentou que já possuem dois processos
478 aguardando respostas em relação as disciplinas praticas. A conselheira Adrià
479 Assunção Santos de Paula mostrou que diante de um caso houve o posicionamento
480 juntamente com a docente da disciplina, de propiciar a oportunidade de cumprir a

481 CH e conteúdos em dias alternativos. O conselheiro Manoel Napoleão Alves de
482 Oliveira perguntou se já há algo relacionado a entrega das comprovações da jornada
483 docente de forma digital. O conselheiro Jucélio Costa de Araújo indicou que há um
484 projeto piloto no Câmpus Itumbiara. A conselheira Fabiane Costa de Oliveira,
485 solicitou o convite a PRODIHR para esclarecer as ausências por saúde sem
486 substituição e a PROPPG em relação aos professores atuantes na Pós-Graduação,
487 e, ainda, a retomada dos trabalhos na reformulação do regulamento de graduação.
488 A presidenta da câmara garantiu que pedirá à PROAD para apresentar sobre a
489 matriz orçamentária, e que está no cronograma da PROEN apresentar o
490 planejamento desta na câmara e que priorizará a criação do fórum de graduação e
491 reativação dos fóruns de licenciatura e EJA, bem como, o retorno das discussões do
492 GT do regulamento de graduação em agosto. A diretora Maria Valeska Lopes Viana
493 apresentou a metodologia do GT central que está discutindo as diretrizes
494 curriculares os cursos técnicos integrados. O conselheiro Thiago Gonçalves Dias
495 questionou o porquê da ausência dos cursos EJA neste debate. A presidenta da
496 Câmara esclareceu que os debates da EJA se deram para a Resolução IFG nº 8 e
497 vê dificuldades em incluir neste momento. A conselheira Fabiane Costa de Oliveira
498 disse que é necessário debater a proposta e questionou se isso ocorrerá, e propôs a
499 ampliação do debate. Por fim a diretora Maria Valeska Lopes Viana finaliza a
500 apresentação do cronograma de trabalho proposto e em regime de votação recebe 6
501 votos a favor ao cronograma, 1 contrário e 3 abstenções. O conselheiro Fabio
502 Campos Macedo declara que não há como votar. Quanto a solicitação de inclusão
503 de ponto dos projetos de ensino a conselheira Fabiane Costa de Oliveira deixa para
504 apresentar na próxima reunião em conformidade o PDI e PPPI. A diretora Maria
505 Valeska Lopes Viana lembrou a necessidade de ter dois integrantes para compor o
506 GT de escrita da elaboração das diretrizes dos cursos técnicos, elegeram-se a
507 conselheira Fabiane Costa de Oliveira e a conselheira Adriã Assunção Santos de
508 Paula. A presidenta da câmara esclareceu sobre o regimento que fora aprovado, e
509 que traz diversas instâncias como Colegiado do Departamento de Áreas
510 Acadêmicas, Colegiado de Curso, Conselho Departamental, Fórum de
511 Representantes Discentes e que terão regulamento próprio, e diante da solicitação
512 de processo de escolha de chefe de departamento do Câmpus Luziânia houve
513 questionamento quanto a legitimidade do regulamento em vigor. Pelo avançar do
514 horário o restante dos itens da pauta de convocação foram suspensos e formados
515 os GT para análise e emissão de parecer dos conselheiros dos seguintes Projetos
516 de Cursos: Projeto Pedagógico do Cursos de Técnico Integrado ao Ensino Médio em
517 Agroindústria, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Câmpus Itumbiara,
518 com os conselheiros: Alessandra Rodrigues Duarte e Eduardo de Carvalho
519 Rezende; o Projeto Pedagógico do Cursos; o Projeto Pedagógico do Cursos do
520 Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Agrimensura, Câmpus Goiânia, com o
521 conselheiro Vinícius Cavalhaes e o diretor Renan Rodrigues de Oliveira; o Projeto
522 Pedagógico do Cursos em Licenciatura em Música, Câmpus Goiânia, com a
523 conselheira Marizangela Aparecida de Bortolo Pinto e o coordenador Vinicius Sousa
524 Ferreira. Também, constituiu-se o GT para construção de Minuta de Resolução sobre
525 Certificação Intermediária; tendo por membros o secretário Thiago Wedson Hilario, o
526 coordenador Ghesley Jorge Xavier, o diretor Renan Rodrigues de Oliveira e o
527 conselheiro Thiago Gonçalves Dias; e criou-se o GT para reformulação do
528 Regulamento do Programa de Monitoria – Resolução nº 014, de 02 de junho de

529 2014; com os conselheiros Thiago Gonçalves Dias, a conselheira Larissa Rezende
530 Assis Ribeiro e a pedagoga Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo. Fora encaminhado para
531 reunião do dia 30.05.2019 a constituição do GT para construção de Minuta de
532 Resolução sobre Colegiado do Departamento de Áreas Acadêmicas, Colegiado de
533 Curso, Conselho Departamental, Fórum de Representantes Discentes. Ao final
534 aproveitou-se para anunciar a mudança de local do IV Integra IFG, para o auditório
535 SENAC - Cora Coralina. A presidenta da Câmara agradeceu a presença e
536 resistência dos conselheiros presentes e encerrou a reunião as 19:25 h, tendo a ata
537 subscrita por este secretário que assina.

538
539

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon
Presidente da Câmara de Ensino

540
541
542
543
544

Representantes das Áreas Acadêmicas

Fabiane Costa Oliveira
Chefe de Departamento das Áreas
Acadêmicas I - Câmpus Goiânia

Alessandra Rodrigues Duarte
Chefe de Departamento das Áreas
Acadêmicas II - Câmpus Goiânia

545
546

Fabio Campos Macedo
Chefe de Departamento das Áreas
Acadêmicas III - Câmpus Goiânia

Vinicius Carvalhaes
Chefe de Departamento das Áreas
Acadêmicas IV - Câmpus Goiânia

547
548

Thaísa Lemos de Freitas Oliveira
Chefe de Departamento
Câmpus Inhumas

Ádria Borges Figueira Cerqueira
Chefe de Departamento
Câmpus Cidade de Goiás

549
550

Manoel Napoleão Alves de Oliveira
Chefe de Departamento
Câmpus Jataí

Thiago Gonçalves Dias
Chefe de Departamento
Câmpus Formosa

551
552

Jucélio Costa de Araújo
Chefe de Departamento
Câmpus Itumbiara

Larissa Rezende Assis Ribeiro
Chefe de Departamento
Câmpus Valparaíso de Goiás

553
554

Thiago Eduardo Pereira Alves
Chefe de Departamento
Câmpus Anápolis

Eduardo de Carvalho Rezende
Chefe de Departamento
Câmpus Aparecida de Goiânia

555
556

Vandré Antonio de Assis Gomes
Chefe de Departamento
Câmpus Uruaçu

Adria Assunção Santos de Paula
Chefe de Departamento
Câmpus Goiânia Oeste

557
558

Deangelis Damasceno
Chefe de Departamento
Câmpus Senador Canedo

Marcos Frizzarini
Chefe de Departamento
Câmpus Águas Lindas de Goiás

559
560

Marizângela Aparecida de Bortolo Pinto
Chefe de Departamento
Câmpus Luziânia

561
562

Representantes do Corpo Docente

563
564
565
566

Renata Luiza da Costa
Titular

Camila Leopoldina Batista dos Santos
Titular

567
568
569
570

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo

Alex de Lima Cunha
Titular

Pedro Miranda da Silva Júnior
Titular

571
572
573
574

Representantes do Corpo Discente

Paulo Roberto de Moraes Pereira
Titular

575
576
577
578
579
580
581
582

Thiago Wedson Hilario
Secretário da Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFG